



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 9.382-A, DE 2017

(Da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência)

Dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogando a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. PROFESSORA MARCIVANIA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

§ 1º Para os efeitos dessa lei é considerado:

I – tradutor e intérprete o profissional que atua na mobilização de textos escritos, orais e sinalizados de Libras para Língua Portuguesa ou vice-versa;

II – guia-intérprete o profissional que domina diversas formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira.

§ 2º A atividade profissional de tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras - Língua Portuguesa acontece em qualquer área ou situação em que pessoas surdas e surdocegas precisem estabelecer comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis.

Art. 2º O exercício da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete é privativo:

I – dos portadores de diploma em cursos superiores de bacharelado em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação;

II – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que, na data de publicação desta lei, tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa;

III – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que possuam diplomas de cursos de extensão, formação continuada ou especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas) e tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa;

IV – dos profissionais habilitados nos termos do art. 4º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, até a data de publicação desta Lei;

V – dos profissionais que comprovarem atuação de 5 anos, até a publicação desta lei;

VI – dos portadores de certificado de exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa, até a data de publicação desta lei.

§ 1º O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa de que tratam os incisos II, III e VI do *caput* deste artigo deve ser realizado por banca examinadora de instituições de ensino superior que ofereçam os cursos de graduação em Tradução e Interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação e interpretação.

§ 2º A comprovação do período de atividade profissional a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo deverá ser feita nos termos do regulamento desta lei.

§ 3º A formação do guia-intérprete será realizada por meio de curso específico ou de extensão universitária credenciados pelo Ministério da Educação ou Secretarias Municipais ou Estaduais de Educação.

Art. 3º São atribuições do tradutor, guia-intérprete e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdocegos, surdocegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas;

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais;

VI - atuar na tradução de atividades e materiais artístico-culturais a fim de prestar acessibilidade para o público usuário da Libras.

Art. 4º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e do surdocego, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, gênero ou orientação sexual;

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couberem traduzir;

IV - pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar em virtude do exercício profissional;

V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - pelo conhecimento das especificidades das comunidades surda e surdocega.

Art. 5º A duração do trabalho dos profissionais de que trata essa Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais).

Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a uma hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

JUSTIFICAÇÃO

Em 3 de março de 2017, a Deputada Erika Kokay apresentou requerimento para criação, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), de uma *Subcomissão Especial para discutir e propor regulamentação e outras providências afetas ao exercício profissional dos intérpretes, guia-intérpretes e tradutores da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*, que foi aprovado na Reunião Ordinária do dia 17 de maio do corrente ano.

Durantes os debates propostos pela Subcomissão, tivemos a certeza da necessidade de se alterar o ordenamento jurídico em vigor para promover uma maior qualificação do tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, bem como tentar implementar, com a maior urgência, programas de formação continuada para os profissionais já formados e para aqueles que já estão em efetivo exercício.

A profissão do tradutor e intérprete de libras, nos termos em que está regulamentada, causa desvalorização e insegurança na atuação do profissional.

Por isso, a necessidade de se discutir novamente essa regulamentação, como muito bem colocado no material encaminhado pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS):

As demandas de atuação do tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras vêm crescendo significativamente devido à inclusão social de surdos e surdocegos em diferentes contextos sociais. Com isso se fazem necessárias discussões nas esferas jurídicas e políticas sobre a formação, regulamentação e atuação desses profissionais.

Assim, após inúmeras contribuições de vários desses profissionais e de representantes da comunidade surda, em manifestações individuais ou por meio dos representantes de várias associações, nos ciclos de debates promovidos em todas as regiões do Brasil e na Câmara dos Deputados, apresentamos a esta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPD) a presente proposta de projeto de Lei que moderniza a regulamentação da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete, o que, com certeza, contribuirá para uma maior inserção educacional, social e profissional das comunidades surda e surdocega em todo o país.

Sendo assim, em razão do seu elevado valor social, pedimos aos nobres pares o apoio necessário para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 2017.

Deputado CABO SABINO
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010

Regulamenta a profissão de Tradutor e
Intérprete da Língua Brasileira de Sinais -
LIBRAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades- fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV - pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Art. 8º (VETADO)

Art. 9º (VETADO)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de setembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Fernando Haddad

Carlos Lupi

Paulo de Tarso Vanucchi

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, assim considerados:

- tradutor e intérprete é o profissional que atua na mobilização de textos escritos, orais e sinalizados de Libras para Língua Portuguesa ou vice-versa; e

- guia-intérprete é o profissional que domina diversas formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira.

Nos termos da proposta, o exercício da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete é privativo:

I – dos portadores de diploma em cursos superiores de bacharelado em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação;

II – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que, na data de publicação desta lei, tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa;

III – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que possuam diplomas de cursos de extensão, formação continuada

ou especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas) e tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa;

IV – dos profissionais habilitados nos termos do art. 4º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, até a data de publicação desta Lei;

V – dos profissionais que comprovarem atuação de 5 anos, até a publicação desta lei;

VI – dos portadores de certificado de exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa, até a data de publicação desta lei.

O projeto dispõe também sobre as atribuições e obrigações desse profissional e fixa em seis horas diárias ou trinta horas semanais a duração do seu trabalho.

Por fim, revoga a Lei nº 12.319, de 2010, que atualmente regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

A proposição foi distribuída à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), para deliberar sobre o mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 9.382/2017 nasceu de um requerimento da Deputada Erika Kokay à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que deu origem a uma Subcomissão Especial para discutir e propor regulamentação e outras providências afetas ao exercício profissional dos intérpretes, guias-intérpretes e tradutores da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Conforme salienta a justificação do projeto, a proposta tem como objetivo a formação do profissional e a modernização da regulamentação da profissão, contribuindo *“para uma maior inserção educacional, social e profissional das comunidades surda e surdocega em todo o país”*.

Os profissionais de que trata esta proposta são fundamentais para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e para a sua efetiva participação como cidadãos na sociedade, com acesso a todos os direitos no País.

Sem dúvida, são a boa formação e as adequadas condições de trabalho desses profissionais que vão assegurar os direitos das pessoas com deficiência.

Conforme ressalta a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais e Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils), em nota técnica que muito nos auxiliou no convencimento sobre a importância da matéria e sobre a necessidade de dar uma nova regulamentação à profissão, a formação exigida na proposta busca *“garantir que os profissionais que atuam como intérpretes estejam assistidos pela legislação; profissionais que passaram por formação específica na área de tradução e interpretação de Libras-Português; que possuem experiência ou que realizarem um exame de suficiência”*.

Continua a Febrapils: *“Um ponto importante do Projeto de Lei 9382/2017 é que muitas vezes o contratante dos serviços de interpretação não tem parâmetros bem definidos para saber qual o profissional que ele precisa para atender as demandas de acessibilidade. Com essas especificações sobre a formação, a garantia da acessibilidade e do direito linguístico da comunidade surda e surdocega, pode ser garantido de forma efetiva”*.

Mais um argumento importante apresentado pela Febrapils indica que *“os espaços em que os intérpretes estão, sejam em audiências públicas, reuniões, conferências diversas, atendimentos em espaços de saúde ou jurídicos e no campo educacional, exigem uma formação consistente”*.

Convencemo-nos, analisando os motivos apresentados pela Federação, da importância das medidas propostas no PL nº 9.382, de 2017, e de que a Lei nº 12.319, de 2010, com a sua atual redação, não atende às necessidades da população surda e surdocega e não lhes garante os direitos de cidadania assegurados pela Constituição e pela legislação infraconstitucional.

Alguns aspectos do projeto, no que diz respeito à garantia de exercício profissional daqueles que já trabalhavam como tradutor e intérprete de Libras antes da nova lei, devem ser suprimidos, pois, desde 2010, quando foi editada a Lei nº 12.319, havia regras claras sobre a regulamentação, e aqueles que exerciam a profissão sem cumpri-las o estavam fazendo contra a lei.

Consideramos, ademais, que não há necessidade de se revogar a Lei nº 12.319, de 2010, que tem uma importância histórica para o reconhecimento das atividades dos profissionais de que trata a proposição, bastando que lhes sejam feitas

alterações pontuais, adaptando-a ao que propõe o projeto de lei sob análise.

É conveniente, também, promover a revogação do art. 5º da Lei nº 12.319, de 2010, que faz referência a exame de proficiência que era previsto em dispositivo vetado (art. 3º).

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 9.382, de 2017, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2019.

Deputada PROFESSORA MARCIVANIA
Relatora

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.382, DE 2017

Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Regulamenta a profissão de Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 12.319, de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 1º Para os efeitos dessa lei é considerado:

I – tradutor e intérprete o profissional que traduz e/ou interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentar;

II – guia-intérprete o profissional que domina diversas formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira.

§ 2º A atividade profissional de tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras - Língua Portuguesa acontece em qualquer área ou situação em que pessoas surdas e surdocegas precisem estabelecer comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis.” (NR)

“Art. 4º O exercício da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete é privativo:

I – dos portadores de diploma em cursos superiores de bacharelado em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação em tradução e interpretação de Libras e Língua

Portuguesa, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação;
 II – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que possuam diplomas de cursos de extensão, formação continuada ou especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas) e tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa de que trata o inciso II do *caput* deste artigo deve ser realizado por banca examinadora de instituições de ensino superior que ofereçam os cursos de graduação em Tradução e Interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação e interpretação.

§ 2º A formação do guia-intérprete será realizada por meio de curso específico ou de extensão universitária credenciados pelo Ministério da Educação ou Secretarias Municipais ou Estaduais de Educação.”
 (NR)

“Art. 6º São atribuições do tradutor, guia-intérprete e intérprete, no exercício de suas competências:

.....
 VI – atuar na tradução e/ou interpretação de atividades e materiais artístico-culturais a fim de prestar acessibilidade para o público usuário da Libras.” (NR)

“Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e do surdocego, em especial:

.....”
 III – pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir e/ou interpretar;
” (NR)

“Art. 8º-A. A duração do trabalho dos profissionais de que trata essa Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais.
 Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a uma hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais.”

Art. 3º É autorizado o exercício da profissão por aqueles que, até a data de publicação desta lei, tenham sido habilitados nos termos da redação original do art. 4º da Lei nº 12.319, de 2010, possuindo:

I – curso de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II – curso de extensão universitária;

III – curso de formação continuada promovido por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação; ou

IV – formação realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado tenha sido convalidado

por uma das instituições referidas na alínea “c” deste inciso;

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Fica revogado o artigo 5º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2019.

Deputada PROFESSORA MARCIVANIA
Relatora

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.382/17, com Substitutivo, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Professora Marcivania, contra os votos dos Deputados Alexis Fonteyne, Lucas Gonzalez, Tiago Mitraud e Kim Kataguiri.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Professora Marcivania - Presidente, Flávia Morais e Maurício Dziedricki - Vice-Presidentes, Bohn Gass, Daniel Silveira, Erika Kokay, Fábio Mitidieri, Junio Amaral, Kim Kataguiri, Luiz Carlos Motta, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Mauro Nazif, Paulo Ramos, Rogério Correia, Túlio Gadêlha, Vicentinho, Adriano do Baldy, Alexis Fonteyne, André Figueiredo, Augusto Coutinho, Léo Moraes, Leonardo Monteiro, Lucas Gonzalez e Tiago Mitraud.

Sala da Comissão, em 28 de agosto de 2019.

Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 9.382, DE 2017

Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Regulamenta a profissão de Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.” (NR)

alterações:
Art. 2º A Lei nº 12.319, de 2010, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 1º

§ 1º Para os efeitos dessa lei é considerado:

I – tradutor e intérprete o profissional que traduz e/ou interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentar;

II – guia-intérprete o profissional que domina diversas formas de comunicação utilizadas pelas pessoas com surdocegueira.

§ 2º A atividade profissional de tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras - Língua Portuguesa acontece em qualquer área ou situação em que pessoas surdas e surdocegas precisem estabelecer comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis.” (NR)

“Art. 4º O exercício da profissão de tradutor, guia-intérprete e intérprete é privativo:

I – dos portadores de diploma em cursos superiores de bacharelado em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação;

II – dos portadores de diploma em cursos superiores em outras áreas que possuírem diplomas de cursos de extensão, formação continuada ou especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas) e tenham sido aprovados em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa de que trata o inciso II do *caput* deste artigo deve ser realizado por banca examinadora de instituições de ensino superior que ofereçam os cursos de graduação em Tradução e Interpretação em Libras - Língua Portuguesa ou em Letras com habilitação e interpretação.

§ 2º A formação do guia-intérprete será realizada por meio de curso específico ou de extensão universitária credenciados pelo Ministério da Educação ou Secretarias Municipais ou Estaduais de Educação.” (NR)

“Art. 6º São atribuições do tradutor, guia-intérprete e intérprete, no exercício de suas competências:

.....

VI – atuar na tradução e/ou interpretação de atividades e materiais

artístico-culturais a fim de prestar acessibilidade para o público usuário da Libras.” (NR)

“Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e do surdocego, em especial:

.....”

III – pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir e/ou interpretar;

.....” (NR)

“Art. 8º-A. A duração do trabalho dos profissionais de que trata essa Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a uma hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais.”

Art. 3º É autorizado o exercício da profissão por aqueles que, até a data de publicação desta lei, tenham sido habilitados nos termos da redação original do art. 4º da Lei nº 12.319, de 2010, possuindo:

I – curso de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II – curso de extensão universitária;

III – curso de formação continuada promovido por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação; ou

IV – formação realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado tenha sido convalidado por uma das instituições referidas na alínea “c” deste inciso;

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Fica revogado o artigo 5º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

Sala da Comissão, em 28 de agosto de 2019.

Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

FIM DO DOCUMENTO